

3

Da resistência ao ataque: os velhos e os novos movimentos sociais da Bolívia

“Evo, amigo, el pueblo está contigo!”
(Plaza Murillo, La Paz. Junho de 2005)

3.1

Movimento camponês e katarismo

Não se trata exatamente de uma novidade a existência de movimentos sociais com incidência sobre a política nacional na Bolívia. Pelo menos desde a Revolução Nacionalista de 1952, as organizações sindicais possuem um peso tão grande a ponto de tornarem-se atores políticos incontornáveis para qualquer projeto de governabilidade. O tipo de Estado que emergiu após a Revolução precisava de legitimidade popular para se estabelecer e eram organizações como a *Central Obrera Boliviana* (COB) que proporcionavam tal sustentação, em troca de participação no governo e uma voz ativa nos processos de tomada de decisão. Nas palavras de Garcia Linera (2001), o *velho* Estado nacionalista buscava legitimar-se mediante a “inclusão subordinada da plebe organizada”. Isso nos mostra o outro lado da moeda, ou seja, a COB poderia ter um amplo espaço no governo, mas sua incorporação também era um fator de disciplinamento social, já que se tratava de uma inclusão subordinada das classes populares, tanto em relação ao próprio Estado como vis a vis à classe média dirigente, que via na mestiçagem o fundamento da nação (Do Alto & Stefanoni, 2006).

O projeto de 1952 previa uma aliança de classes em nome do desenvolvimento nacional. Assim, camponeses, operários e as classes médias urbanas deveriam unir-se em torno de uma ideia de nação coesa o suficiente para ser capaz de superar a dependência internacional criada pelos sucessivos governos controlados pelas oligarquias mineiras antes da Revolução. Nesta narrativa, praticamente não se falava de indígenas, apenas camponeses. A reforma agrária, por exemplo, era um símbolo de libertação do *campesinato* frente ao jugo servil a que estavam submetidos desde antes da independência em 1825. Era, também, o símbolo da incorporação, mesmo que tardia, dos trabalhadores rurais à nação.

Assim, os governos do MNR que comandaram o país a partir de 1952 também tinham influências do movimento camponês, ainda que os trabalhadores urbanos fossem, de longe, os mais preponderantes em sua representação no governo. Vale lembrar que em muitas áreas (nem tão remotas) do país, eram os sindicatos rurais que exerciam funções protoestatais, como administração de recursos públicos, educação primária, deliberação e justiça.

Mesmo com o golpe militar de 1964, tal necessidade de legitimar-se frente à população rural não diminuiu. Pelo contrário, durante os anos de ditadura estabeleceu-se o chamado “pacto militar-camponês”, um arranjo político que visava cooptar as elites sindicais do meio agrário a fim de garantir a inexistência de ameaças ao *status quo* vindas do campo, além de isolar politicamente o movimento operário, sempre mais radical e intransigente em sua oposição à ditadura. Isso não significa que o movimento camponês tenha ficado absolutamente cooptado ou politicamente inexpressivo. De fato ocorreram greves, marchas e invasões de latifúndios para pressionar por um aprofundamento da reforma agrária. Mas tais ações eram pouco coordenadas e obtinham resultados bastante limitados, em geral sempre contornáveis pelas oligarquias rurais em aliança com o Estado autoritário.

Alguns analistas sustentam que foi esse “pacto” – muitas vezes reforçado pela repressão policial – que garantiu um nível de conflituosidade social bem *menos* intenso no campo do que nas cidades até o final dos anos 1970. Não à toa, é nesta época que surge como resposta o *katarismo*, movimento que criticava a incorporação subordinada do *campesinato*, termo que para eles deveria ser criticado, já que ajudava a criar a ilusão da inclusão dos trabalhadores rurais através da aliança de classes. Para os *kataristas*, não se podia mais ignorar que na Bolívia a exploração de classe estava superposta à dominação étnica (ou racial), o que tornava urgente a tomada de consciência dos *indígenas* como sujeito social privilegiado em um verdadeiro projeto de emancipação.

Segundo eles, o exemplo a seguir era o de Tupac Katari, líder da rebelião de 1871 que visava libertar os indígenas da dominação espanhola e *criolla*. Após um cerco de 181 dias à La Paz, Katari foi finalmente preso e esquarterado por tropas leais à coroa, mas seu exemplo permaneceu como referência para aqueles que viam na luta antirracista o elemento central da libertação nacional. Fausto Reinaga (2001), expoente intelectual do *katarismo* nos anos 1970, clamava por

uma “Revolução Índia”, já que a revolução nacionalista havia ignorado o problema em vez de resolvê-lo, usando a categoria mestiça de camponês para esconder as relações de poder baseadas na cor da pele e outros traços fenotípicos. Os *kataristas* adquiriram notável presença no movimento camponês desde então, mas acirradas divergências internas os impediram de alcançar uma liderança incontestada. Correntes ligadas ao marxismo e ao nacionalismo revolucionário contrabalançavam constantemente sua influência, insistindo – com certo grau de sucesso – em manter o debate dentro de termos puramente classistas, evitando os discursos étnicos ou culturalistas.

3.2 Cocaleiros

De qualquer forma, por mais que contabilizassem a vasta maioria da população, os camponeses (ou indígenas) não conseguiam igualar o protagonismo político dos operários, em especial daqueles ligados ao sindicalismo mineiro. As lutas rurais constantemente vinham a reboque das iniciativas da COB, e tardou até 1979 para que conseguissem criar uma central sindical rural de peso, a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). Deste modo, durante o governo de centro-esquerda da UDP (1982-1985), a orientação classista da COB ainda prevalecia entre o conjunto dos trabalhadores organizados, fazendo com que as estratégias de luta se baseassem em concepções marxistas tradicionais – advindas dos partidos comunistas, social-democratas e trostkystas –, as quais sustentavam que o operariado urbano era o portador da missão histórica de ser a vanguarda na revolução social.

A década de 1980 marca uma verdadeira transição na história do movimento camponês. Com o fracasso da UDP em 1984, não havia mais protagonismo operário no movimento social, nem partidos esquerdistas tradicionais para “dar a linha” aos camponeses. A COB não conseguia mais unir os trabalhadores em torno de um discurso proletário radical. Fragmentada e débil, mal lembrava a outrora poderosa central sindical que indicava e sacava ministros de Estado. A demissão de mineiros a partir de 1985 produziu uma onda de migrações em massa, levando muitos trabalhadores com experiência sindical para

o campo, em especial para a região do Chapare, no Trópico de Cochabamba. O *boom* da produção de coca atraía gente de todo o país, principalmente em um contexto de desemprego e secas históricas no altiplano, como a de 1983. A população da região saltou de cerca de 25 mil pessoas no final dos anos 1970 para mais de 350 mil em apenas meia década, em parte pela atração exercida por novas modalidades de trabalho, como o ofício de pisador de folhas de coca, atividade que proporcionava uma remuneração superior a qualquer cultivo alternativo em pequena escala. Esses “novos cocaleiros” com vasta trajetória nas lutas sociais, imersos no contexto proporcionado pela política de repressão ao cultivo de coca, transformaram em poucos anos o Chapare no centro da resistência popular na Bolívia.

Deste modo, o colapso da esquerda tradicional frente ao avanço neoliberal criou um vácuo momentâneo nas lutas contra-hegemônicas, mas tal espaço foi gradativamente sendo ocupado pelas organizações cocaleiras e indígenas. Ainda demoraria uma década para que este novo movimento social conseguisse passar da resistência local a uma ofensiva nacional, que culminaria na derrubada de dois presidentes e na eleição de um cocaleiro como Chefe de Estado em 2005. Mas o germe de tais lutas já estava visível no Chapare, onde os sindicatos cocaleiros se multiplicavam com uma velocidade incrível durante a segunda metade dos anos 1980.

Como exposto acima, o processo de colonização do Chapare foi marcado por uma sindicalização sem precedentes. Em cada novo lote de terra ocupado por famílias camponesas era criado um sindicato correspondente, responsável por diversas funções públicas na ausência de uma verdadeira presença estatal. Os sindicatos cocaleiros decidiam desde questões relativas à distribuição de lotes até brigas matrimoniais. Participar das assembleias e dos protestos não era uma escolha individual. Como bem assinalam Hervé do Alto e Pablo Stefanoni (2006), tais organizações sindicais – seguindo a melhor tradição andina – condicionavam o acesso a terra ao cumprimento de obrigações políticas e comunitárias, consolidando um espaço denso de direitos e deveres em torno ao sindicato.

Mas nada parece ter causado mais coesão aos cocaleiros do que a crescente repressão a que estavam submetidos, fruto da militarização das políticas antinarcóticos impulsionada pelos Estados Unidos. Decididos a combater o problema das drogas em sua “raiz”, os governos norte-americanos passaram a

atuar conjuntamente com as autoridades de La Paz para que se erradicassem de uma vez por todas as plantações de coca na Bolívia. Era a “Iniciativa Andina”, do presidente George Bush (1989-1993). Conforme sintetiza o jornalista Igor Ojeda (2008),

[n]esse sentido, uma série de planos, programas e leis foram sendo paulatinamente implantados pelas gestões neoliberais, acompanhados por uma duríssima repressão estatal e pela assessoria – militar, financeira e de inteligência – da embaixada dos EUA. Mas os três eixos de atuação das políticas antidrogas do Estado boliviano não funcionariam sem um quarto pilar, fundamental: a intensa campanha midiática contra os cocaleiros. (Ojeda, 2008).

A partir de então, todos os informes governamentais sobre o “problema das drogas” viriam estampando os números de hectares erradicados, mas nenhum deles trazia informações sobre planos de desenvolvimento rural que propiciassem uma vida digna aos camponeses, sem falar na discussão sobre o que desenvolvimento rural significava. Tratava-se de uma objetificação dos cocaleiros: não eram *sujeitos*, merecedores do empenho estatal em expandir os direitos de cidadania para o campo; pelo contrário, foram transformados em *objetos* cuja existência era vista como um problema a ser erradicado.

Tais concepções levaram o Chapare a ser invadido por uma série de soldados do exército boliviano e policiais, além de agentes da *Drugs Enforcement Agency* (DEA), que baseavam suas ações na convicção de que os termos “cocaleiro” e “narcotraficante” não passavam de sinônimos. Rapidamente a região tornou-se cenário de constantes enfrentamentos, por vezes armados e com mortos, principalmente entre cocaleiros e agentes da Unidade Móvel de Patrulhamento Rural (UMOPAR). Cláudio López, cultivador de coca no Chapare dos anos 1990, relembra:

Éramos bem reprimidos pelos governos anteriores. Havia muitas matanças, feridos. A vida não era tranquila. Nos sentíamos como se estivéssemos em uma guerra. A cada instante, tínhamos que nos mobilizar. Então, nos jogavam gás lacrimogêneo, nos metiam bala. Eles diziam que aqui era a zona vermelha. (citado por Ojeda, 2008).

Tais embates se prolongariam por décadas, deixando um saldo de 95 mortos (entre eles, oito bebês asfixiados por gás lacrimogêneo, três menores de idade e três mulheres), 13 mulheres violentadas sexualmente, 121 civis torturados

pelas forças oficiais, além de centenas de feridos (Salazar, citado por Ojeda, 2008). O clima era tão explosivo a ponto de o líder cocaleiro Evo Morales declarar sucessivas vezes, entre 1995 e 1997, “o Chapare está em chamas”, e que se o governo insistisse na militarização do conflito, os cocaleiros estavam dispostos a iniciar uma “resistência armada” (Sivak, 2008). Aos presidentes dos EUA, Morales sugeria que, caso realmente quisessem cortar o problema pela raiz, então teriam que começar pelos narizes dos norte-americanos, maiores consumidores mundiais de cocaína, e não pelos cocais bolivianos.

Para os cocaleiros, tratava-se inicialmente de defender um meio de subsistência, já que as tentativas de substituição da coca por outros cultivos demonstraram-se incapazes de proporcionar rendas mínimas. No entanto, sua resistência foi ganhando contornos políticos, principalmente pela presença do que chamavam de “imperialismo norte-americano” na região. Assim, memórias coletivas indígenas, camponesas e mineiras se juntaram em um ambiente já conflitivo, formando a *identidade cocaleira*, que viria a ser a nova base do movimento camponês boliviano. Os discursos sobre a “folha sagrada” e sua importância histórica e cultural para os povos indígenas começaram a se multiplicar, fazendo da defesa da folha de coca algo capaz de aglutinar os sentimentos de insatisfação e exclusão experimentados pela maioria dos setores pobres do país. Novamente de acordo com Do Alto e Stefanoni (2006), a sacralização da folha de coca foi um ato político por excelência, na medida em que essa folha sagrada era simultaneamente fonte de seu sustento econômico e base de sua atuação político-sindical.

3.3

A virada dos anos 1990: do sindicato ao instrumento político

É importante dizer que o movimento cocaleiro não “nasce” com a chegada de trabalhadores com capital militante acumulado em um contexto de resistência violenta à repressão, como era o Chapare. O que acontece é uma profunda transformação e uma reoxigenação de um movimento que já existia. Se tais fatores conjunturais foram fundamentais para gestar a identidade cocaleira, eles devem ser somados às questões estruturais, como a pobreza generalizada no meio

rural do país e um histórico de dominação colonial, exclusão política e racismo aberto. Tais elementos transformaram o Chapare em um verdadeiro laboratório de experiências de luta social. Desta maneira, os cocaleiros foram construindo certa hegemonia dentro do movimento camponês, triplicando seu número de delegados dentro da CSUTCB em 1987, por exemplo, e logrando criar uma comissão especial dentro da organização para discutir o tema da coca. Em poucos anos, a errática Federação Especial do Trópico – fragmentada e incapaz de articular ações de grande impacto – foi substituída por uma coordenadoria de seis federações, que juntas aglutinavam mais de 700 sindicatos cocaleiros. Em 1992, ano de fundação da coordenadoria, a CSUTCB decide incorporar a defesa da folha de coca como uma de suas bandeiras mais explícitas e importantes.

A entrada dos anos 1990 traz outras transformações importantes no movimento camponês-cocaleiro-indígena. Após a bem-sucedida sindicalização e organização de protestos, começaram a surgir análises que expunham os limites da atuação sindical. Por mais que os sindicatos conseguissem organizar os trabalhadores rurais, defender as plantações de coca, enfrentar tropas bem-equipadas, fazer marchas e bloqueios, começava a ficar latente a falta de uma complementação mais propriamente política para esta luta social-sindical. Diversos líderes cocaleiros passaram a chamar atenção para o fato de que as demandas conquistadas com protestos eram ignoradas pelos governos assim que as barricadas se levantavam. Segundo eles, um braço político dos camponeses-indígenas era necessário para atuar como complemento institucional da luta das ruas.

Eram outros tempos. Do Alto e Stefanoni (2006) oferecem uma explicação simples e precisa. O que havia funcionado com o velho Estado nacionalista – sustentado no capitalismo de Estado e na aliança de classes – parecia inútil frente à ‘racionalidade econômica’ do Estado neoliberal. Evo Morales era um dos mais empenhados na defesa da tese do “instrumento político”. Dizia ele:

A partir de nossas marchas, dos protestos sociais, se firmaram um monte de convênios e acordos com todos os governos. Porém, nunca se cumpriram. E os companheiros se perguntam: quando irão cumprir esses convênios? Quando nós formos um poder político, respondemos. (citado por Do Alto & Stefanoni, 2006).

Ainda em 1988, durante o Primeiro Congresso Extraordinário da CSUTCB, havia sido pleiteada a tese do instrumento político, rapidamente incorporada pelos cocaleiros. Nas eleições do ano seguinte, eles decidiram lançar candidatos a deputado sob o registro eleitoral da *Izquierda Unida* (IU). Apesar dos 42% de votos obtidos no Chapare, não foi possível eleger sequer um congressista. Sem embargo, a capacidade mobilizadora dos cocaleiros ficou demonstrada.

O ano de 1992 foi marcado pela campanha “500 anos de resistência”, iniciativa contra-hegemônica destinada a contrabalançar as comemorações oficiais relativas ao aniversário da conquista ibérica da América, iniciada em 1492. Tal campanha, além de solidificar a identidade indígena como indissociável da camponesa, permitiu pela primeira vez um encontro entre o ativo movimento indígena do altiplano e as recentes organizações indígenas das terras baixas.

A Bolívia possui uma geografia complexa e diversificada. De um lado, temos o altiplano, uma região fria e seca, localizada no ocidente do país, sobre a Cordilheira dos Andes, onde habitam indígenas majoritariamente das etnias quéchua e aymara, além das elites mestiças e brancas, minoritárias em número, mas detentoras do poder estatal desde a independência. Existem vários “tipos” de indígenas no altiplano, desde aqueles que vivem nas comunidades rurais mais remotas e até os milhões que constituem a maioria da população de centros urbanos, como La Paz, El Alto, Oruro e Potosí.

Do lado oriental encontram-se as planícies amazônica e pantaneira, que se estendem até a fronteira com o Brasil. Trata-se de um clima úmido e extensas terras férteis, atualmente dominadas por plantações de soja e pecuária extensiva. Além dos majoritários guaranis, diversos outros povos indígenas habitam a região, mas, à diferença do altiplano, trata-se de uma área com baixa densidade demográfica, na qual os indígenas constituem minorias étnicas frente à colonização branca e mestiça. Em contraste com o altiplano, onde observa-se a existência de uma classe média urbana indígena, no oriente eles se encontram mais restritos às suas comunidades rurais ou, em menor escala, mendigando nas ruas de cidades como Santa Cruz de la Sierra, onde dificilmente conseguem trabalhos fixos ou rendas dignas.

Como a reforma agrária de 1953 restringiu-se ao ocidente, as comunidades indígenas e camponesas do oriente mantiveram-se presas a formas de trabalho

servil, impedindo-as de se articular em movimentos contestatórios de peso. Foi apenas a partir da década de 1980, e com apoio de ONGs e da Igreja Católica, que os indígenas das terras baixas começaram a se organizar, principalmente com a criação da Confederação dos Povos Indígenas de Bolívia (CIDOB) em 1982. Nesta região, o Estado era visto muitas vezes como um parceiro dos indígenas frente aos interesses de empresas petroleiras, dos latifundiários do agronegócio e madeireiras, o que também ajuda a explicar o vazio organizativo que tardou a ser preenchido, assim como a falta de autonomia das organizações locais. Por todos esses motivos, havia um desencontro geográfico, histórico, étnico, político e organizacional entre os indígenas e camponeses do altiplano e seus contrapartes orientais.

Tal desencontro, conforme dito acima, começou a ser revertido em 1992, com a campanha conjunta dos *500 anos de resistência*. Deve-se destacar o papel ativo de diversas ONGs, nacionais e estrangeiras, na construção de pontes entre os dois blocos de indígenas. Em 12 de outubro desse ano, teve lugar a primeira e única sessão da Assembleia dos Povos Originários, na qual ficou decidido que a folha de coca passaria a ser defendida pelos indígenas orientais também. Novamente geografia e política se misturavam, já que o fato de a folha de coca servir como elo de ligação entre o altiplano e o oriente também estava refletido na localização intermediária do Trópico de Cochabamba entre as duas regiões, bem no coração do país.

A partir daí, todos os indígenas podiam ter nos cocaleiros um ponto de referência, mediação e união. A Wiphala – bandeira quadriculada multicolor que representa as 36 nações indígenas da Bolívia – começou a ser mais usada a cada ato, tornando-se uma das grandes referências estéticas do movimento indígena, agora nacional. A incorporação generalizada da folha de coca como bandeira de luta, seguramente o maior lema de resistência camponesa, simbolizava a aproximação cultural e a abertura de espaços para a persecução de objetivos comuns, quiçá uma identidade comum. Ao invés de sublinhar as diferenças entre quéchuas, aymaras ou guaranis, tratava-se principalmente de construir uma identificação *indígena* comum, daí o nome “povos originários”, uma espécie de guarda-chuva terminológico sob o qual diversos grupos poderiam abrigar-se, em contraposição às elites brancas e mestiças, tidas como representantes de interesses estrangeiros e mantenedoras de relações do tipo colonial. Muitos identificam

nessa assembleia o ato de nascimento do movimento indígena-camponês como sujeito político de envergadura nacional (Sivak, 2008).

A tese do instrumento político foi trazida para a Assembleia de 1992 pelos cocaleiros e obteve uma boa receptividade inicial. Mas disputas no seio da CSUTCB entre cocaleiros e kataristas impediram a constituição de um partido político já naquele momento. Os kataristas ainda estavam traumatizados com a recente decisão de Víctor Hugo Cárdenas em participar como vice-presidente do governo neoliberal de Sanchez de Lozada. Esse episódio parecia confirmar os temores de que a participação na política institucional oficial estava fadada à cooptação e degeneração, levando diversos kataristas a rechaçar as teses do instrumento político em favor de uma volta ao *ayllu* – unidade político-territorial das comunidades andinas – como espaço de autonomia frente a um Estado boliviano considerado por eles como uma construção colonial.

Os cocaleiros respeitavam a relutância katarista, mas acreditavam ser possível criar um partido “de baixo pra cima”, uma espécie de federação de movimentos sociais, com controle permanente das organizações sindicais e vínculo orgânico com as bases. Assim, os riscos apontados pelos kataristas poderiam ser evitados. A Assembleia dos Povos Originários nunca mais existiu, mas os cocaleiros fizeram sua tese sair vitoriosa do IV Congresso da CSUTCB em 1994, realizado na cidade de Cochabamba. Nesse mesmo ano foi realizada a “Marcha pela Vida, pela Coca e pela Soberania”, que reafirmou a aliança entre indígenas/camponeses de todo o país, naquele momento mais coesos que nunca. A partir daí, a articulação entre as retóricas nacionalistas e culturalistas fez da defesa da folha de coca um símbolo de dignidade nacional frente às ingerências do “Império” norte-americano.

Como a hegemonia cocaleira no movimento indígena-camponês estava mais do que assentada a esta altura, a criação do partido tornou-se um objetivo central. Em 1995 foi realizado o congresso “Terra, Território e Instrumento Político”, com a participação da CSUTCB e outras três grandes centrais camponesas-indígenas, que culminou na fundação da Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP): o braço político-institucional do movimento camponês-indígena estava finalmente criado. Seus lemas centrais eram lutar por uma Bolívia socialista, multinacional e comunitária, resultante da superposição da “luta nacional” com a “luta classista” (Do Alto & Stefanoni, 2006). Já que o novo

partido não conseguiu um registro eleitoral a tempo, a ASP disputou as eleições municipais deste ano novamente sob a sigla da IU, conquistando dez *alcaldías* (prefeituras), além de eleger 49 conselheiros municipais (equivalentes aos vereadores no Brasil).

Com o sexto congresso da CSUTCB em 1996 e o segundo congresso Terra, Território e Instrumento Político em 1997, a articulação dos movimentos indígenas-camponeses em torno do novo partido é quase absoluta. O reflexo eleitoral desta unidade é materializado com a conquista de quatro assentos no Congresso Nacional. Evo Morales e seus três colegas recém-eleitos mudam-se para a capital La Paz, onde passam a dividir um pequeno apartamento no bairro de Sopocachi. Sua chegada ao parlamento estava carregada de simbolismos, expressados mais visivelmente pelos coloridos ponchos indígenas que agora disputavam a tribuna com os tradicionais ternos e gravatas.

3.4

Conclusão: *Kawsachun coca, wañuchun yanquis!*

A ascensão dos camponeses-indígenas, que em pouco mais de uma década passaram da quase irrelevância política a um movimento de amplitude nacional, não pode ser descolada dos fracassos econômicos e sociais oriundos das medidas de cunho neoliberal implementadas por sucessivos governos desde 1985. Se os defensores do neoliberalismo obtiveram um êxito inicial em desarticular o movimento operário e os demais partidos e organizações da esquerda radical, suas políticas de retração do Estado – principalmente através das privatizações em larga escala – geraram uma crise econômica aguda, que se desdobrou em desemprego e informalidade crescentes, somados à reprimarização da economia.

A queda brusca nos investimentos sociais, associada ao fim do protagonismo estatal nas áreas de saúde, habitação e serviços básicos, fez com que a crise econômica se transformasse em uma grave crise social também, já que a insatisfação popular crescia proporcionalmente à deterioração das condições de vida. O aumento brusco da concentração de renda durante o período neoliberal só viria a revoltar ainda mais uma crescente parcela da população boliviana que, após uma inicial simpatia pelo projeto gonista, passava cada dia mais a alinhar-se

com discursos contra-hegemônicos, (antineoliberais), propagados pelos novos movimentos sociais.

É verdade que até meados dos anos 1990 a hostilidade aos movimentos indígenas, principalmente aos cocaleiros, ainda era alta nos grandes centros urbanos. Conforme relata um veterano líder cocaleiro:

Todos éramos narcotraficantes, narcoguerrilheiros. Até o povo nos odiava. Quando íamos nos mobilizar em Cochabamba, nos cuspiam. Era proibido que filho de cocaleiro ingressasse na universidade. Que fosse aos colégios na cidade. A população não entendia por que lutávamos. Claro, eram mal informados. Porque a lei dizia que coca era cocaína. (Julio Salazar, secretário-geral da Federação do Trópico de Cochabamba) (Citado por Ojeda, 2008).

A antipatia que boa parte da população urbana nutria em relação aos cocaleiros – sempre apresentados como baderneiros, terroristas e/ou narcotraficantes pela grande mídia – foi dando lugar a uma percepção de que aqueles camponeses e indígenas poderiam representar uma alternativa viável ao paradigma neoliberal dominante que, após uma década e meia, já começava a trazer consequências nefastas para os bolsos da classe média também.

Os lucros exorbitantes das multinacionais, principalmente as petroleiras, simultâneos ao aumento visível da pobreza urbana e miséria rural fizeram com que as políticas pró-mercado fossem gradativamente perdendo legitimidade até o ponto em que se tornou comum classificar os governantes neoliberais sob o rótulo de “vende-pátria”.

Desta maneira, não se pode dissociar o avanço do movimento indígena-camponês dos malogros resultantes das políticas econômicas dos governos Paz Estenssoro, Paz Zamora e Sanchez de Lozada. Ainda tardariam alguns anos para que este avanço se traduzisse em uma vitória presidencial ou mesmo em uma aceitação mais generalizada dos discursos antineoliberais e anti-imperialistas propagados por líderes como Evo Morales. Mas a oposição já estava recomposta e reenergizada pela nova dinâmica dos movimentos sociais que sacudiam o interior do país. Inicialmente acuados pela violência no Chapare, os cocaleiros estavam em plena marcha rumo à conquista do poder nacional. Não tardaria para que a defesa da folha de coca fosse substituída por outros lemas mais profundos e impactantes: nacionalização imediata dos hidrocarbonetos, descolonização do Estado, e convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que teria a

missão de refundar o país em bases igualitárias e verdadeiramente democráticas. Por ora, a tarefa mais imediata consistia em ir ampliando cada vez mais o apoio dos demais segmentos insatisfeitos da sociedade, assim como ir costurando alianças com outros movimentos antissistêmicos.

Do Alto e Stefanoni (2006) sintetizam da seguinte maneira o significado político e social dessa reorganização dos movimentos sociais bolivianos, assim como suas implicações imediatas e futuras para a História do país:

Com seus bloqueios e marchas de vários dias, os cocaleiros vão pondo em circulação uma narrativa de sacrifício e heroísmo, que pouco a pouco começa a constituir-se em uma mística, ao tempo dos enfrentamentos com as forças de erradicação estado-unidenses. Vai-se sedimentando um discurso nacionalista que lhes permite superar o corporativismo sindical em favor de miradas mais hegemônicas sobre a política nacional, articulando diversos setores populares ‘agredidos’ pelas políticas neoliberais e pelo “colonialismo interno”.

Kawsachun coca, wañuchun yanquis (“viva a coca, fora yankees”) seria uma palavra de ordem que se espalharia pelo país a partir de então, até ser finalmente gritada com entusiasmo pelo candidato Evo Morales ao saber, ao vivo pela televisão, que havia sido o vencedor absoluto da corrida presidencial em 2005.

3.5 Rearranjos partidários, Guerra da Água e eleições de 2002: a consolidação nacional da contra-hegemonia

3.5.1 Disputas internas

Se é verdade que os novos movimentos sociais indígena-camponeses estavam apresentando várias inovações em termos ideológicos, assim como em suas formas (diretas) de ação política, deve-se notar que algumas das características da velha esquerda teimavam em se manter presentes. Uma das permanências estava relacionada à tradição esquerdista de sectarismos, fragmentação interna e disputa por posições de liderança. Bastou os movimentos indígenas-camponeses lograrem um alto grau de incidência nacional e alguns

sucessos eleitorais para que as disputas internas se acirrassem a ponto de rachar tanto a ASP quanto a CSUTCB, chegando a colocar em risco os avanços obtidos. Até então, as divergências internas mantinham-se estritamente dentro do campo político, servindo para lubrificar a democracia interna dos movimentos. Mas com o aumento da visibilidade do movimento indígena-camponês, as disputas por liderança se tornaram por vezes pessoais, quiçá egoicas.

A primeira grande disputa se deu entre Evo Morales e Alejo Véliz, eleito presidente da ASP no momento de sua fundação em 1997. Véliz também foi lançado candidato a deputado, mas, ao contrário de Morales, não se elegeu. Começaram a circular, então, rumores sobre uma possível manobra conspiratória de Morales, que teria feito campanha para que parte da ASP votasse em candidatos do direitista MIR, a fim de garantir a derrota de Véliz e assim consolidar sua supremacia dentro do partido. A confusão gerada pelos boatos dividiu a jovem organização, sendo que Véliz ficou com a sigla, enquanto Morales abandonou a ASP, levando consigo a maioria dos movimentos, para juntos criarem o *Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* (IPSP), em 1998.

Este primeiro racha não chegou a quebrar a unidade interna do movimento sindical camponês-indígena (leia-se CSUTCB), na medida em que Morales recebeu um apoio sólido da ampla maioria dos delegados, tornando a ASP irrelevante frente ao recém-criado IPSP. A eleição por consenso de Felipe Quispe para secretário-executivo da CSUTCB no mesmo ano parecia demonstrar que as fissuras estavam recompostas. Ledo engano. Após uma breve atuação conjunta, rapidamente se formaram dois blocos dentro da organização, sendo que o grupo liderado por Morales mais uma vez se opunha ao líder eleito.

Quispe, conhecido popularmente como *El Malku* (“condor” em aymara), acabara de sair da prisão por sua participação no movimento armado *Ejército Guerrillero Tupac Katari* (EGTK). Ele defendia um projeto indígena autônomo, negando reconhecimento ao Estado boliviano e clamando por um retorno às formas comunitárias, simbólicas e políticas pré-colombianas. Para Quispe, a atuação política dentro das estruturas estatais era uma questão meramente tática, que deveria ser abandonada assim que as condições de luta permitissem. Como vimos, esse projeto era bem distinto dos planos de Morales, que se empenhava há

tempos na construção de um partido político para atuar dentro das regras do sistema institucional oficial.

Diferentemente da divisão anterior, dessa vez as diferenças entre os dois líderes pareciam afetar a unidade do movimento. A mais importante central sindical estava rachada entre dois projetos políticos distintos, mas não apenas isso. A divisão carregava um simbolismo mais profundo, já que os dois líderes aymaras mais carismáticos e representativos do movimento indígena-camponês estavam abertamente em oposição mútua. O desgaste ficou evidente e acabou materializado na criação por Quispe do partido *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP) no ano de 2000, a fim de disputar com Morales e seu IPSP o papel de braço político do movimento camponês indígena. A CSUTCB tinha agora dois braços políticos.

A disputa entre Quispe e Morales tinha significados profundos. Como visto, a trajetória ascendente do movimento camponês-indígena durante os anos 1990 estava bastante ligada ao crescimento cocaleiro dentro das organizações. Morales era um grande símbolo disso e sua figura era representativa do poder dos cocaleiros, principalmente os do Chapare. Já Quispe tinha origem e trajetória política construídas nas comunidades aymaras do altiplano, onde agregava à sua legitimidade de líder tradicional indígena um histórico de oposição às políticas neoliberais, além do protagonismo em uma insurreição armada que lhe gerou prestígio por expulsar as forças policiais de algumas comunidades, substituindo-as por uma “polícia sindical” indígena¹. Tratavam-se de fato de duas origens sociais e políticas distintas, ainda que ambos compartilhassem a mesma etnia e os mesmos inimigos. Mas suas diferenças pareciam irreconciliáveis: Morales queria uma Bolívia livre do imperialismo; já Quispe queria que os indígenas se libertassem da própria Bolívia em primeiro lugar, recriando o *Qullwasuyo*, unidade política-territorial correspondente ao Império Inca.

Para ilustrar melhor as divergências entre os dois, basta apresentar suas posições em relação às elites brancas e mestiças. Em seu discurso de posse como Presidente da República em janeiro de 2006, Morales garantia que não haveria vinganças nem rancores, já que a vitória do movimento indígena-camponês

¹ Deve-se esclarecer, no entanto, que tal fato é meramente ilustrativo, sendo apenas *um* dos componentes que explicam a liderança de Quispe. No próprio Chapare, assim como em outras regiões rurais do país, os camponeses organizados também expulsaram a polícia e a substituíram por uma “polícia sindical”.

deveria simbolizar o início de uma era de igualdade, harmonia e paz na Bolívia. Já Quispe afirmara que caso fosse eleito presidente, sua primeira medida seria extinguir o Ministério de Assuntos Camponeses e substituí-lo por um Ministério de Assuntos Brancos. Em seguida, estudaria a criação de algumas “reservas para brancos” no interior do país, sendo que La Paz poderia ser a primeira delas.

El Malku frequentemente questionava a autoridade de Morales, utilizando argumentos que variavam desde a idade mais avançada de Quispe (o que segundo as tradições aymaras lhe reservaria um posto superior) até o fato de Morales apenas discursar em espanhol por não ser fluente em quéchua ou aymara, o que expressaria sua ilegitimidade como líder dos indígenas. Por vezes chamou Morales de traidor e oportunista, também criticando-o por estar cercado de assessores brancos-mestiços.

Diversos mediadores, incluindo autoridades tribais aymaras, tentaram por anos reconciliá-los, sem grande sucesso. Alguns períodos de “armistício” eram o que melhor se podia lograr. Apesar dos ataques, Quispe foi perdendo gradativamente influência em comparação à crescida de Morales, o que ficou demonstrado pela votação de ambos nas eleições presidenciais de 2002 e 2005: o MIP de Quispe obteve 6% dos votos, enquanto que Morales quase se elegeu presidente com 21% – número que ele mais do que duplicaria na eleição seguinte (53%), ao passo que Quispe reduziria sua votação para apenas 2%. A partir do início do novo milênio, a cada dia Morales se consolidava mais como o líder nacional, não apenas dos camponeses-indígenas, mas também de boa parte dos setores empobrecidos urbanos e também da classe média já insatisfeita com as políticas de cunho neoliberal.

3.5.2 Guerra da Água: outro mundo é possível

Enquanto as disputas internas faziam com que o movimento camponês-indígena experimentasse um breve interregno em sua trajetória rumo ao poder nacional, um evento considerado como a primeira grande vitória mundial contra as políticas neoliberais estava tendo lugar na cidade de Cochabamba em 2000: era a “Guerra da Água”. A grande maioria dos analistas – tanto de esquerda quanto de

direita – considera este momento como o grande ponto de inflexão da História recente da Bolívia, já que a partir dali uma nova forma de atuação política direta, nas ruas e sem mediação partidária, tornou-se o principal modo de expressão democrática e participação popular.

O vale de Cochabamba, onde vivem cerca de 700 mil pessoas – em áreas urbanas e rurais –, está localizado em uma região seca, com uma dificuldade histórica em captar e distribuir água para fins produtivos e também para consumo pessoal. Apenas 50% da população têm acesso ao sistema público de água e mesmo assim o fornecimento é frequentemente restrito a apenas duas ou três horas por dia. Aqueles que estão excluídos da distribuição oficial têm optado por duas alternativas: por um lado, 35% escolheram organizar-se em cooperativas e comitês de água que buscam soluções próprias, como cavar poços; por outro, cerca de 15% recorre a carros-pipa (Crespo, 2000).

Em 1999, o governo boliviano decidiu seguir as recomendações do Banco Mundial e iniciar a privatização da empresa municipal de água de Cochabamba. O processo foi considerado suspeito desde o início, pois pela legislação boliviana seria preciso a presença de no mínimo três propostas concorrentes para que a licitação fosse considerada válida. No caso da privatização da *Sempa*, apenas um consórcio apresentou-se, no caso o grupo “Águas de Tunari”, majoritariamente controlado pela empresa de engenharia norte-americana *Bechtel*. Simultaneamente foi aprovada uma nova Lei de Águas no Congresso, na qual os direitos da empresa concessionária eram garantidos e os usos e costumes tradicionais na coleta de água considerados ilegais.

A venda da empresa municipal também foi objeto de polêmica pelo residual investimento inicial feito pelos compradores – em torno de 15 mil dólares – para assumir o controle por 40 anos de um sistema de serviços públicos avaliados em pelo menos 200 milhões de dólares (Kruse, 2005). Como bem sinaliza Oscar Oliveira, líder do movimento contra a privatização, a operação parecia tão nociva aos interesses dos cochabambinos que até a classe média, geralmente conservadora, passou para o lado da oposição (Farthing & Kohl, 2007). O contrato, além de ceder o controle sobre todo o sistema de água potável da cidade, também passou às mãos de Águas de Tunari a propriedade de todos os recursos hídricos subterrâneos da região, dando à empresa o direito de cobrar pela

água dos poços preexistentes, pelos sistemas de irrigação superficiais e até pela captação da água da chuva para fins particulares.

O primeiro protesto aconteceu ainda em novembro de 1999, quando foram proibidas as perfurações de poços, prejudicando principalmente camponeses e “regantes” (agricultores de regiões próximas à capital departamental que, na falta de um serviço adequado por parte do Estado, utilizavam métodos tradicionais para irrigar suas plantações; eventualmente vendiam água excedente também). Eles estavam sendo obrigados a assinar contratos com uma empresa privada e tendo que, pela primeira vez, comprar um bem público que nunca os havia sido oferecido antes. Da noite para o dia, as cooperativas independentes, que provinham com água cerca de um terço da população local, perderam seu direito de captar águas subterrâneas (Farthing & Kohl, 2007).

O protesto deixa a região paralisada por alguns dias e dá origem à Coordenadora Departamental da Água e da Vida, um organismo que agrupa uma série de organizações da sociedade civil regional. Em dezembro, nova manifestação reuniu 10 mil pessoas em uma espécie de assembleia popular (*cabildo*) no centro de Cochabamba, onde já se ouviam histórias sobre aumentos repentinos da ordem de 200% nas contas de água, fazendo com que algumas famílias pobres tivessem que gastar até um quinto de sua renda mensal com o serviço (Farthing & Kohl, 2007).

Mas a gota d’água que causou a revolta entre os cochabambinos foi a elevação generalizada de tarifas no mês de janeiro de 2000, sem que a nova empresa tivesse feito qualquer investimento de melhoria ou ampliação de seu serviço. O reajuste variou de 35% a 100%, gerando uma atmosfera de inconformismo. Em 11 de janeiro, a Coordenadoria, assumindo um papel de liderança, realizou um novo protesto, que terminou em repressão policial. A esta altura, uma série de organizações ambientalistas, sindicais, camponesas e associações de bairro já integravam a Coordenadora, transformando-a em um verdadeiro polo de organização da sociedade civil local. Eram comuns cenas de pessoas rasgando suas contas de água durante as manifestações, assim como a presença massiva de mulheres, ainda que raramente em posições de liderança.

Em 04 de fevereiro, a Coordenadora realiza a “tomada simbólica” da cidade de Cochabamba, demandando a anulação tanto do contrato de concessão, como da nova Lei de Águas. Apesar do caráter pacífico – e até festivo – da

manifestação, a polícia antimotins enviada de La Paz reagiu com violência e os conflitos duraram até o dia seguinte, deixando um total de 22 feridos e 135 detidos, além de uma cidade completamente paralisada por bloqueios. A repressão policial foi registrada ao vivo pelos canais locais de televisão, ajudando a unificar os cochabambinos em sua luta (Farthing & Kohl, 2007). Como a situação parecia fugir ao controle de todos, um acordo mediado pela Igreja Católica apaziguou temporariamente os ânimos ao estabelecer que o governo iria rever os contratos, elaborar uma nova Lei de Águas com a participação de camponeses e regantes, e ainda suspenderia imediatamente os aumentos tarifários até que se concluíssem as negociações, cujo prazo estipulado era de dois meses. A Coordenadora obteve, então, sua primeira vitória: havia obrigado o governo a, pelo menos, reconhecê-la como um ator incontornável do conflito (Crespo, 2000). Mais importante, a essa altura já contava com uma representatividade inimaginável frente à população, já passando por um processo de antropomorfização discursiva, ao ponto de circularem histórias sobre pessoas que deram entrevistas pedindo que a “senhora Coordenadora” não os traísse, que continuasse a defender os direitos do povo (Kruse, 2005).

Nesse intervalo, a Coordenadora lançou mão de um plebiscito informal no qual perguntava à população se o contrato de concessão deveria ser revogado e os aumentos tarifários suspensos. O resultado de 96% a favor das demandas da Coordenadora não tinha valor oficial, nem estava imune da acusação de enviesar as perguntas contidas nas cédulas. No entanto, é inegável que se tratou de uma iniciativa politicamente hábil, já que manteve aceso o espírito de indignação popular ao mesmo tempo em que criou um novo fato político para pressionar o governo.

As negociações sobre a lei registraram alguns avanços, com a modificação de 35 dos 75 capítulos. Pela primeira vez na História da Bolívia, uma lei estava sendo refeita para atender as reivindicações de grupos populares que se organizaram em sua oposição (Crespo, 2000). Mas as discussões sobre o contrato não lograram nenhum consenso, fazendo com que a Coordenadora abandonasse as negociações em sinal de protesto e apresentasse um relatório público sobre o impasse.

A data estabelecida pelo “cessar fogo” de janeiro expirou sem uma resposta do governo. Em reunião aberta para decidir as novas estratégias da

Coordenadora, uma multidão decidiu invadir os escritórios de Águas de Tunari, trazendo perplexidade às autoridades locais e produzindo uma aterrissagem em massa de ministros vindos de La Paz para lidar com a situação. Optou-se por encarcerar os líderes da Coordenadora, algo que, por sua vez, acabou gerando protestos exaltados durante cinco dias, até que os dirigentes fossem libertados.

Em 04 de abril, diante da inflexibilidade do governo, a Coordenadora decidiu lançar a “batalha final”, exigindo não apenas a revogação dos contratos, mas a expulsão da empresa Águas de Tunari do país. Todo o departamento de Cochabamba encontrava-se isolado por bloqueios camponeses e a cidade tomada por milhares de manifestantes, que durante uma semana se recusavam a abandonar os protestos. Os enfrentamentos com a polícia e o exército deixaram um morto (o “guerreiro da água”) e 30 feridos, aumentando ainda mais a ira popular. O governo decidiu, então, declarar o Estado de Sítio no dia 08 de abril, mas esta atitude só fez crescer o número de pessoas nos protestos. Farthing e Kohl (2007) reproduzem uma anedota frequentemente contada por Oscar Oliveira, líder da Coordenadora, que afirma ter ouvido uma conversa entre o governador e o presidente Hugo Banzer, na qual se tentava explicar ao presidente a ineficácia em prender os dirigentes da revolta: “Senhor presidente, não se trata de algum grupo radical. É toda Cochabamba. Acabo de ver meus vizinhos passarem para ir protestar na praça principal.”

No dia 10 de abril, já se contavam 50 mil pessoas na praça central da cidade, prometendo resistir até que seus objetivos fossem atendidos. Diante de uma mobilização sem precedentes, o governo cedeu e decidiu rescindir o contrato com a empresa, que deixou o país pedindo uma indenização milionária. A vitória era da Coordenadora, convertida em porta-voz de toda uma região (Crespo, 2000). O governo anunciava, porém, que não se encarregaria do pagamento de uma altíssima dívida deixada pela empresa e decidiu declarar que a Coordenadora deveria assumir a administração dos serviços de água em Cochabamba. A proposta foi aceita, levando a Coordenadora a abrir um debate público sobre que tipo de empresa os cidadãos prefeririam.

A Guerra da Água foi o primeiro grande revés das políticas neoliberais na Bolívia, 15 anos após as primeiras medidas de ajuste estrutural em 1985. Os críticos da Coordenadora assinalam que até hoje Cochabamba não conta com um sistema de distribuição de água minimamente eficiente e que a tão celebrada

expulsão de uma empresa transnacional não ajudou a resolver os problemas da população mais necessitada. O empresário Jorge “Tuto” Quiroga – que se tornaria presidente da república em 2001 – advertiu que, no final das contas, somente o retorno do investimento privado poderia desenvolver a infraestrutura da cidade e resolver o problema da água.

Pelo seu lado, os defensores da Coordenadora admitiram dificuldades no serviço prestado pela nova empresa pública, que ficou sob controle popular permanente, através de diversas organizações laborais e de bairro. Mas responderam que os desafios existentes serão mais bem enfrentados pela população organizada do que por uma empresa como a *Bechtel*, cujos lucros anuais da ordem de 14 bilhões de dólares (duas vezes o PIB da Bolívia) não foram suficientes para evitar um acréscimo absurdo de tarifas, com o agravante da inexistência de qualquer investimento prévio no serviço.

A Guerra da Água foi transmitida como um novo modelo de luta democrática e popular, quiçá o único capaz de fazer frente ao “consenso” neoliberal que estaria engessando os debates políticos nos âmbitos parlamentares. Diversos ativistas e especialistas em novos movimentos sociais viam na Coordenadora pela Água e Vida um exemplo bem-sucedido de articulação espontânea da sociedade civil, que se contrapunha ao modelo hierarquizado dos partidos de esquerda e centrais sindicais do século XX. Nas palavras do próprio Oscar Oliveira:

Pela primeira vez em 15 anos, esta luta infundiu no povo a confiança em si mesmo. Conseguimos gerar um movimento que não tem caudilhos ou dirigentes intocáveis, não toma decisões de cima para baixo, ao contrário, é transparente e honesto. O mais importante é que recuperou o poder das pessoas (citado por Farthing & Kohl, 2007, p.266).

Muitos debates ocorreram desde então, questionando em que medida se poderia falar de um real caráter espontâneo ou inovador da Coordenadora. Diversos analistas apontaram que na verdade estruturas sindicais bastante tradicionais foram fundamentais para garantir a solidez do movimento, assim como a mobilização de trabalhadores em larga escala (Do Alto & Stefanoni, 2006). O próprio Evo Morales, àquela altura deputado nacional e líder das Federações Sindicais do Trópico de Cochabamba, vangloriou-se de ter levado quatro mil cocaleiros para engrossar os protestos (Sivak, 2008).

Independentemente das avaliações dos próprios integrantes da Coordenadora, ou de seus críticos à esquerda e à direita, é inegável que a Guerra da Água iniciou um ciclo de protestos que terminariam por envolver todo o país nos anos seguintes. As dinâmicas de luta popular e a ação direta observadas na Cochabamba do ano 2000 se repetiriam, em escala ainda maior, em outras regiões do país. Não foram poucas as análises, no mundo inteiro, que começaram a falar nas “novas formas de democracia direta e participativa” sendo gestadas na Bolívia a partir da Guerra da Água (Wallerstein, 2003; Sousa Santos, 2003). Além dos modos inovadores de organização e luta, os eventos de Cochabamba lançaram uma nova ideia-força que viria a se tornar o mais importante lema nacional a partir de então: a recuperação dos recursos naturais.

Mas se em 2000 tivemos o primeiro ato do “retorno da Bolívia plebeia” (Linera, 2006), certamente seu clímax só seria atingido durante o famoso “Outubro Negro” de 2003, quando se estava buscando, mais uma vez, a saída de empresas transnacionais e a nacionalização de recursos naturais. Os manifestantes de El Alto – além de exigir a renúncia do presidente – pretendiam nada menos que rever toda a História do país e intentar um genuíno recomeço, algo que só seria possível com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

3.5.3

Banzer, Tuto e os narcoterroristas

As eleições de 1997 apresentaram resultados ambíguos e difíceis de interpretar. Ao mesmo tempo em que, pela primeira vez, abria-se as portas do Congresso Nacional aos indígenas, elegia-se como presidente um ex-ditador, o general Hugo Banzer. É possível afirmar que o retorno democrático de Banzer representava uma postura defensiva de uma parcela da elite, a esta altura já bastante incomodada com a projeção nacional dos indígenas-camponeses. O empenho financeiro e político da embaixada norte-americana em eleger o general também era explicado pelo mesmo motivo: Banzer era visto em Washington como alguém capaz de deter o avanço dos “narcoterroristas” liderados por Evo Morales.

Não era difícil aproximar as posturas políticas de Banzer daquelas propagadas pela embaixada dos EUA. Na falta do comunismo, o narcotráfico tornava-se o grande inimigo a ser combatido. Mais ainda, a “luta contra as drogas” possuía o efeito adicional de marginalizar um grupo social politicamente indesejável, como eram os cocaleiros. É possível argumentar que esse objetivo político era na verdade o foco central de seu “*Plan Dignidad*”, cujo lema era “Coca Zero” – apresentado por Banzer como o carro-chefe de sua administração. A meta não se resumia a erradicar as plantações de folha de coca, mas visava, também, pôr fim ao movimento cocaleiro enquanto sujeito sociopolítico, através da remoção forçada de cinco a 25 mil famílias do Chapare para “zonas de reassentamento humano” espalhadas pelo país (Sivak, 2008).

Nos tempos em que governava como ditador (1971-1978), Banzer se via constantemente rodeado por escândalos envolvendo o tráfico de drogas em altos escalões de seu governo. Foi no período em que esteve no poder que a produção de cocaína experimentou seu primeiro *boom*. Além disso, o patrimônio pessoal do ditador cresceu de forma concomitante à produção de coca no país, gerando uma infinidade de denúncias que afirmavam não se tratar de mera coincidência. Naturalmente nenhuma das acusações foi investigada; pelo contrário, tratando-se de um período ditatorial, os acusadores é que sofriam perseguições, prisões e desaparecimentos, por vezes eternos. Assim, era um tanto quanto difícil crer que justo este homem seria agora o ideal para livrar a Bolívia do desonroso terceiro lugar mundial na exportação de cocaína.

Mas era exatamente assim que Banzer se apresentava em 1998, quando tomou posse. Em sua primeira viagem oficial como presidente, ele foi a Washington, onde o presidente Bill Clinton o gratificou pela vitória e concedeu financiamento para a compra de armas e outros equipamentos necessários para as tarefas erradicatórias. Por seu lado, os cocaleiros decidiram demonstrar que não ficariam acuados diante da nova ofensiva conjunta articulada entre a Casa Branca e La Paz. Realizaram no mesmo ano uma marcha de 26 dias, indo do Chapare até La Paz. A embaixadora Donna Hrinak classificou o ato como “narcomarcha”, dando continuidade a um tipo de discurso marginalizante constantemente repetido em relação ao movimento camponês, cocaleiro e indígena.

As acusações sofridas por Morales e seus companheiros pareciam infinitas: “chanceler do narcotráfico”; “padrinho de traficantes e químicos”;

“assassinos”; “responsáveis por desaparecimentos e ataques armados”; “destruidores de bens do Estado”; “atentados contra serviços de transporte”; “financiados por guerrilhas e governos estrangeiros”; “direção embriagada”; “Evo, ditador do Chapare”; “Morales, rei do Chapare”; “viagens de prazer à Europa”; “possuem em suas agendas anotações com a localização dos guerrilheiros colombianos”; e muitas mais (Sivak, 2008). O deputado Evo Morales frequentemente sofria o escárnio de seus colegas de parlamento, que não cansavam de ironizá-lo por seus erros gramaticais ao falar espanhol e por sua dificuldade em fazer operações aritméticas de cabeça. Presentearam-no com bíblias e livretos com cópias da Constituição, a fim de “civilizar” e “modernizar” o líder cocaleiro.

As disputas entre o governo Banzer e os cocaleiros atingiram níveis dramáticos. Em outubro de 2000, com o avanço das políticas de erradicação forçada, Evo Morales ameaçou, novamente, o governo com uma resistência armada caso a criminalização dos cocaleiros e a destruição de seu meio de vida continuassem. Quando Banzer anunciou que havia cumprido as metas do *Plan Dignidad*, os cocaleiros, em resposta, fizeram as estradas do Chapare amanhecerem cobertas com folhas de coca.

O afastamento forçado do ex-general, devido a um câncer que lhe custaria a vida um ano depois, trouxe para o primeiro plano da política nacional o jovem empresário e vice-presidente Jorge “Tuto” Quiroga, em agosto de 2001. Formado em engenharia nos Estados Unidos, Quiroga se autodeclarara um “yuppie corporativo” enquanto trabalhava para a multinacional do setor de informática IBM, na cidade de Austin, Texas, onde vivia com sua esposa norte-americana antes de regressar à Bolívia e candidatar-se à vice na chapa da ADN de Banzer. Seu breve mandato foi dedicado a combater os cocaleiros, em especial a figura carismática de Evo Morales, que a cada dia consolidava-se como líder popular da oposição, com crescente espaço na mídia – inclusive internacional – e progressiva receptividade nas classes médias.

Quiroga acreditava que neutralizar Morales era fundamental para conter o avanço dos cocaleiros, principalmente após o anúncio de que ele concorreria à presidência nas eleições de 2002. Começaram, então, os preparativos para expulsar o deputado Evo Morales do Congresso Nacional. Em um processo tramitado em tempo recorde – 72 horas –, Quiroga conseguiu que sua base

parlamentar aprovasse a cassação do mandato de Morales, mesmo sem respeitar os prazos de defesa estabelecidos pelo Código de Ética da Câmara dos Deputados. A base governista não podia se dar ao luxo de esperar os 17 dias previstos no código para uma investigação profunda, já que suas acusações baseavam-se apenas em recortes de jornal, nos quais Morales clamava por “incendiar o Chapare”, além de um dossiê secreto contendo provas contra o líder cocaleiro, que a embaixada americana prometera entregar ao governo no momento oportuno, mas que nunca apareceu (Sivak, 2008).

A confusão começou quando o governo decidiu fechar um mercado de armazenamento de folhas de coca na cidade de Sacaba, no Chapare, próximo a Cochabamba. O governo acusava o mercado de receptar coca de origem ilegal – “*excedentária*” – o que a tornava passível de erradicação. Em janeiro de 2002, os cocaleiros decidiram fazer uma passeata em protesto ao fechamento do mercado. A manifestação terminou em um sangrento conflito entre cocaleiros, militares e policiais, estendendo-se por quatro dias. Cinco camponeses, três soldados e um policial morreram durante os combates. Centenas de cocaleiros foram presos sob as acusações de sedição e assassinato. Simultaneamente, o presidente Quiroga denunciou a existência de narcotráfico no Chapare e, com apoio da maioria dos partidos presentes no Congresso, acusou Morales de ser o “autor intelectual” dos incidentes em Sacaba (Do Alto & Stefanoni, 2006).

O clima de hostilidade anticocaleira seguiu crescendo. O editorial do jornal *La Prensa*, de La Paz, denunciou a existência de franco-atiradores estrangeiros, provenientes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O editorial pacenho também lembrou as viagens de Morales a Cuba. Em 20 de janeiro, o mesmo diário acusou os cocaleiros de “sedição” e denunciou a existência de “movimentos terroristas” infiltrados no Chapare, clamando pela “neutralização” de Evo Morales. A campanha midiática era acompanhada de uma militarização ainda maior do conflito: a sede da Federação Camponesa do Trópico de Cochabamba foi invadida pelo Grupo Especial de Segurança (GES), e mais de 100 camponeses foram presos, dentre eles 20 dirigentes. Concomitantemente, a rádio cocaleira “*Soberanía*”, que funcionava em Chipiriri, foi fechada e seus equipamentos confiscados. Estava em curso mais uma jornada de militarização do conflito agrário que, entre 1987 e 2002, já havia deixado 57 cocaleiros mortos, 500 feridos à bala e quatro mil encarcerados sem o devido processo legal, segundo

informações oficiais da *Defensoria del Pueblo* (equivalente ao Ministério Público no Brasil).

No entanto, todo o esforço oficial parecia produzir um efeito diametralmente oposto ao vislumbrado. Em vez de neutralizar, tais ações apenas ajudaram Morales a posicionar-se como líder popular nacional, representante dos excluídos, verdadeira vítima do sistema político tradicional e do imperialismo norte-americano (Do Alto & Stefanoni, 2006). Morales soube aproveitar-se da oportunidade de estar sendo excomungado de uma instituição mal vista, repleta de políticos desprestigiados e com baixíssima legitimidade frente à maioria da população:

‘Quem me botou pra fora do parlamento foi a classe política corrupta e decadente, que representa o modelo econômico e quer fazer uma média com a embaixada dos Estados Unidos’, exclamou o ex-deputado enquanto deixava o Congresso. ‘Esta foi uma decisão contra aymaras e quéchuas, e os que estão me expulsando são narcotraficantes e corruptos que cobraram mil e trezentos dólares para votar contra mim!’ (Citado por Sivak, 2008).

3.5.4

Embaixador dos EUA como chefe de campanha de Evo?

Inicialmente, Morales iniciou uma greve de fome para protestar contra sua cassação. Segundo ele, a perseguição sofrida no parlamento o feriu pessoalmente. Contudo, diante do processo-relâmpago e da ampla simpatia popular à sua marginalização, resolveu utilizar o fato para alavancar sua campanha presidencial a partir dali (Sivak, 2008). Agora, sua figura possuía uma dimensão nacional – seu nome não saía das manchetes –, fazendo com que ele pudesse se apresentar como uma alternativa não apenas ao governo vigente, mas a todo o sistema político tradicional. Em um país no qual política era sinônimo de corrupção e favorecimento pessoal, atingir o *status* de “inimigo nº 1 do regime” podia ser uma enorme vantagem.

O segundo lugar nas eleições do ano seguinte demonstrou como sua trajetória ainda estava em ascensão. A esta altura, Morales já estava com um novo partido, na medida em que o registro eleitoral do IPSP havia sido negado para as eleições municipais de 1999. Em vez de recorrer novamente à IU, Morales ganhou

– alguns dizem comprou – a sigla MAS (*Movimiento Al Socialismo*), que possuía um registro aberto, mas inexistia na realidade. Com o MAS, Morales não precisaria mais trocar de partido, tornando o “evismo” equivalente a “massismo” dentro do linguajar político boliviano. Se o novo partido não passava de mais uma etapa no processo de ascensão cocaleira, é bem verdade que algumas mudanças ideológicas pareciam ter ocorrido desde sua refundação, sendo possível observar que o MAS tinha adotado uma linha programática menos radical. O anticapitalismo parecia ter sido substituído por antineoliberalismo e anti-imperialismo, e as referências ao socialismo pareciam ter mais a ver com a tradição comunitarista indígena do que com o pensamento marxista, sendo que os apelos em defesa da “soberania e dignidade nacionais” eram a base do eixo discursivo do MAS (Do Alto & Stefanoni, 2006). Os lemas “coca igual a soberania” e “coca igual a identidade” eram os mais repetidos (após a posse em 2006, seriam substituídos pelo *slogan* personalista “*Bolivia cambia, Evo cumple*”).

Já concorrendo pelo MAS em 2002, Morales obteve 20,94% dos votos, contra 22,46% de Sanchez de Lozada, que fez um acordo no parlamento e assim retornava à presidência após cinco anos. A milionária campanha de Goni teve suas estratégias traçadas pela empresa de consultoria norte-americana *Greenberg Quinlan Rosner*, que havia feito as vitoriosas campanhas de Bill Clinton e Tony Blair. Sanchez de Lozada gastou do próprio bolso dois milhões de dólares por este serviço, além de mais dois milhões de recursos do MNR para outras despesas. Enquanto isso, a campanha de Morales optou por usar apenas 100 mil dos 160 mil dólares a que tinham direito em publicidade oficial.

Posturas como manter uma campanha austera certamente geraram um forte apelo midiático. Mas sem dúvida alguma, foi a ajuda inesperada da embaixada norte-americana que fez Morales ultrapassar seu eleitorado de origem e conquistar boa parte da classe média urbana. O recém-nomeado embaixador Manuel Rocha teve uma passagem, no mínimo, marcante enquanto esteve a serviço em La Paz – sua primeira e última embaixada. Logo ao chegar, surpreendeu empresários, políticos e jornalistas pela maneira com que lhes ensinou professoralmente o que a Bolívia deveria fazer ou deixar de fazer (Sivak, 2008). Em seguida, tentou sem sucesso instalar na Bolívia a “*War against Terror*” do Governo George W. Bush, ao comparar os cocaleiros do Chapare com os *talibãs* do Afeganistão. Entretanto,

nada foi mais chocante do que a intromissão explícita na campanha eleitoral, ao ameaçar os bolivianos – a quatro dias das eleições – com o corte da ajuda financeira e o fechamento do mercado norte-americano para os têxteis bolivianos caso Morales fosse eleito. Em tempo: as declarações foram feitas na localidade de Chimoré, em pleno Chapare, reduto político dos cocaleiros.

A intromissão do embaixador foi motivo de indignação generalizada e fez crescer exponencialmente a votação de Morales, a ponto deste vir a público agradecer a ajuda de seu novo “chefe de campanha”, para em seguida afirmar – em tom ainda mais irônico – que infelizmente não poderia aceitar a ajuda porque não possuía dinheiro suficiente para pagar por estes serviços. Uma sondagem posterior à eleição mostrou que 14% dos eleitores de Morales votaram no líder cocaleiro em repúdio às declarações de Rocha. Há de se lembrar que o momento político era dos mais sensíveis, já que não fazia nem dois meses que os EUA haviam apoiado o fracassado golpe de Estado contra o presidente venezuelano Hugo Chavez. O “episódio Rocha” foi tão polêmico que até hoje circulam na Bolívia teorias conspiratórias que sugerem que o cálculo do embaixador na verdade foi preciso, já que sua real intenção teria sido tirar votos de Manfred Reyes Villa, considerado o único capaz de vencer Sanchez de Lozada. Na avaliação de Rocha, Morales não era uma real ameaça, pois nunca se elegeria presidente dentro do sistema eleitoral boliviano que, conforme visto no capítulo 1, exigia maioria absoluta ou acordos parlamentares.

A cada dia mais acostumado com as possibilidades que a visibilidade midiática lhe abria, Morales não perdeu tempo em explorar o assunto até o fim. Declarou que enquanto os outros candidatos entregariam até a mãe para obter um visto de entrada nos EUA, ele “sentia-se mais livre, mais digno e mais soberano” sem o documento (Do Alto & Stefanoni, 2006). Na mesma linha, ainda durante a campanha, rechaçara um encontro com os outros candidatos, afirmando preferir encontrar-se diretamente com o embaixador Rocha, já que era ele o verdadeiro “dono do circo” (Sivak, 2008).

De qualquer forma, fato é que Morales saiu das eleições fortalecido e o MAS passou a ocupar o papel de principal oposição parlamentar, com 27 deputados e oito senadores. A composição da bancada massista refletia uma mudança interna no partido: vários intelectuais de classe média, militantes da *velha* esquerda, estavam ocupando cargos parlamentares sem nunca terem

participado do movimento indígena-camponês. Morales havia sido um grande incentivador da entrada da classe média urbana, desde que nacionalista, no partido. A nova heterogeneidade partidária viria a reforçar a liderança pessoal de Morales, único capaz de unificar as diversas correntes internas em torno de sua figura. O MAS continuava afirmando ser o “instrumento político” da CSUTCB (ainda que o MIP fizesse o mesmo). Daí a manutenção das duas siglas conjuntamente, MAS-IPSP.

Após a surpreendente votação de 2002, o MAS se consolidou como uma das forças principais da política institucional boliviana. No entanto, os temores de que isso significasse um afastamento das bases – e uma consequente desmobilização dos camponeses-indígenas – não se confirmaram. Os setores populares bolivianos já se encontravam em um estágio avançado de politização; não precisavam de um partido para incentivá-los (mas talvez precisassem de uma liderança política para ajudá-los com uma estratégia organizada). Como veremos em seguida, bastava apenas que uma centelha fosse acesa. E foi exatamente isso que o novo presidente Sanchez de Lozada involuntariamente acabou fazendo, em fevereiro e setembro de 2003, dando início à rebelião que ficou conhecida como “Outubro Negro”, cujas múltiplas consequências englobaram desde a derrubada de Goni da presidência até a convocação de um referendo popular sobre a recuperação dos hidrocarbonetos.

3.6 **Outubro Negro: “O retorno da Bolívia plebeia”**

3.6.1 ***El Impuestazo***

Gonzalo Sanchez de Lozada iniciou seu segundo mandato presidencial em 2002 com uma conjuntura político-econômica bem diferente da existente em 1993, quando tomara posse pela primeira vez. Duas crises econômicas sucessivas (1997 e 1999) varreram a América Latina, deixando um rastro de estagnação e dependência de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A Bolívia não era exceção, sendo que sua situação era ainda mais grave devido à

profundidade das reformas liberalizantes da década de 1990, que tornaram a economia nacional mais vulnerável aos choques externos. Sem um mercado interno desenvolvido e com uma produção basicamente voltada para a exportação de matérias-primas, o país andino continuava à mercê das flutuações dos mercados internacionais de petróleo, gás, soja e capitais. Vale adicionar que os demais fatores geradores de receitas – remessas dos bolivianos vivendo no exterior e ajuda financeira de ONGs situadas em países ricos – também variavam de acordo com o cenário econômico mundial, ou seja, em tempos de crise reduziam sua parcela de contribuição junto ao Tesouro Geral da Nação.

Politicamente, a situação tampouco era das mais favoráveis para Sanchez de Lozada. Sua estreita vitória nas eleições tinha sido assegurada por apenas 1,5% de votos a mais que o segundo colocado, Evo Morales, o que lhe obrigou a firmar um acordo político de integridade questionável com o MIR, grande rival (apesar dos interesses de classe representados serem comuns aos dois partidos²). No altiplano, perdeu em todos os departamentos, dependendo bastante dos votos vindos de Santa Cruz e Tarija, onde o movimento indígena-camponês apresentava grau menor de organização. O momento de apoio popular às reformas neoliberais já havia passado, deixando como herança um senso comum oposto às políticas pró-mercado. Anos de escândalo envolvendo as privatizações, um desemprego crescente, falta de investimentos públicos básicos e eventos como a Guerra da Água haviam criado uma atmosfera de repúdio ao neoliberalismo. O grande debate nacional do momento estava relacionado à renacionalização dos hidrocarbonetos, uma ideia-força tão poderosa que até empresários e políticos de direita, como Doria Medina, sentiam-se obrigados a defender algum tipo de recuperação dos recursos naturais.

Goni estava consciente de todos esses fatores. No entanto, acreditava que com o devido apoio externo, leia-se Estados Unidos, ele poderia obter financiamento suficiente para aquecer a economia ao mesmo tempo em que garantiria suporte popular para seus projetos de exportação de gás natural para Estados Unidos e México através dos portos chilenos. Com um novo gasoduto em

² As desavenças entre as lideranças do MNR e do MIR eram certamente mais ligadas ao campo pessoal do que ao ideológico, mas conservavam grande relevância para os atores envolvidos. A poucas horas da posse de Sanchez de Lozada, um distúrbio envolvendo nomes da cota de ministros pertencentes MIR quase fez Goni renunciar, o que abriria uma crise institucional grave (Sivak, 2008).

funcionamento e um acordo de venda de gás já firmado com o Brasil, somado a um canal de exportação estável para o mercado norte-americano, Sanchez de Lozada confiava em um aumento robusto dos investimentos transnacionais na Bolívia, o que impulsionaria um crescimento econômico sustentado. A História não pôde esperar para averiguar se ele estava certo ou errado em suas projeções.

Em fevereiro de 2002, Goni recebeu um ultimato do FMI exigindo a redução do *deficit* público de 8,5% para 5,5% do PIB. Caso contrário, os créditos do fundo seriam suspensos. O presidente tentou resistir, lembrando aos economistas de Washington sobre recente crise argentina (dezembro/2001), quando o excesso de ortodoxia monetária havia quebrado o país, gerando revoltas populares inéditas. Diante da negativa do FMI, Sanchez de Lozada se viu obrigado a tomar uma medida impopular: aumentar impostos em 12,5% sobre o salário dos trabalhadores. Imediatamente, uma onda de protestos irrompeu, mas, diferentemente das manifestações anteriores, agora era a própria polícia que liderava a insurreição. Em 12 de fevereiro, os policiais amotinados – que também pediam um aumento de salário – entraram em choque com o exército após uma retaliação dos militares contra um grupo de estudantes secundaristas que havia atirado pedras no edifício do Congresso Nacional. O enfrentamento deixou um saldo de 15 mortos. Simultaneamente, manifestantes civis atacavam outros prédios públicos, como o Palácio Queimado, sede da presidência, que também amanhecera sem custódia policial (Sivak, 2008).

Os combates na capital duraram até o dia seguinte, quando já se contavam 33 mortos e 89 feridos. O motim foi controlado e Sanchez de Lozada permaneceu na presidência, mesmo com os crescentes protestos que pediam sua renúncia. No entanto, cinco meses após o susto de fevereiro, o governo parecia viver uma situação oposta, tranquila, com a costura de uma “megacoalizão” parlamentar que excluía apenas ao MAS. Os partidos que se alinhavam à bancada governista justificavam sua nova posição pela “necessidade de defender a democracia” (Do Alto & Stefanoni, 2006). O presidente sentia-se seguro, então, para dar continuidade a seus projetos de exportação de gás.

A outrora notória sensibilidade política de Goni parecia faltar-lhe justamente em um momento crítico. Sem conseguir perceber que seu projeto produzia uma indignação popular crescente a passos largos, o presidente manteve-se irredutível em sua decisão. Ele subestimava o impacto que a derrota na Guerra

do Pacífico (1879-1886) ainda tinha sobre a memória coletiva nacional (no conflito, a Bolívia perdera seu acesso ao mar para o Chile). A utilização – paga – de portos chilenos era uma medida demasiadamente ultrajante para os sentimentos nacionalistas característicos dos bolivianos. As revoltas de setembro iniciaram-se, então, tomando a forma de um patriotismo antichileno agressivo, exigindo o cancelamento do projeto.

O governo, contudo, não demonstrava hesitação, o que por sua vez somente aumentava o número e a intensidade dos protestos. É importante notar que à medida que as manifestações cresciam, o foco das reivindicações mudava. Não se tratava mais apenas de questionar a parceria com o Chile, mas principalmente opor-se à exportação de gás natural quando a maioria da população carecia de conexões domiciliares (Do Alto & Stefanoni, 2006). E mais: por um preço considerado irrisório. Deste modo, começava um questionamento global da política econômica do governo.

A chamada “Síndrome de Potosí” parecia acometer a população de uma fúria incontrolável. Desde o século XVI, os metais preciosos da Bolívia haviam sido extraídos durante séculos pelos espanhóis, sem que a riqueza descoberta beneficiasse a população que vivia na colônia. Pelo contrário, em pleno auge do mercantilismo metalista, os recursos naturais andinos foram peças-chave na acumulação primitiva de capitais que viria a possibilitar a Revolução Industrial na Europa. Reza a lenda que seria possível construir uma ponte ligando Potosí a Sevilha apenas utilizando a prata extraída de sua maior mina, o famoso Cerro Rico, até hoje em funcionamento.

Deste modo, a apropriação dos recursos naturais por estrangeiros é sempre um tema potencialmente explosivo na Bolívia, como havia demonstrado a Guerra da Água. Felipe Quispe – que em 2001 havia liderado “tropas” aymaras radicais em um cerco de dois dias a La Paz, isolando a capital – sintetizava assim o sentimento popular:

É evidente, pois, que caso leve-se adiante este negócio, a Bolívia receberá migalhas como *royalties*. Por outro lado, enquanto Califórnia acenderá a cada noite suas luzes de *neon* com o gás boliviano, aqui no altiplano nossos irmãos seguirão cozinhando seus alimentos com bosta de vaca e de burro, como fazem hoje. Por isso este projeto é inviável, indigno de realizar-se, econômica e politicamente. Primeiro se deve recuperar a propriedade sobre o gás, para daí exportar (Citado por Do Alto & Stefanoni, 2006).

A última frase de Quispe referia-se ao novo lema mobilizador das massas: nacionalização imediata dos hidrocarbonetos. Jaime Solares, líder da COB – organização que parecia renascer das cinzas e tomar uma posição “protagonística” nos protestos – resumia assim: “O gás é nossa última riqueza e *el gringo* Sanchez de Lozada quer entregá-la por um preço infame às transnacionais e à oligarquia do Chile”. Os aymaras de Achacachi, liderados por Quispe, já se preparavam para um novo cerco à capital. Ao mesmo tempo, a população rural atendia aos chamados por bloqueios de estradas e dava início a uma operação de “semeadura” de pedras ao longo das rodovias, utilizando os mesmos métodos comunitários de divisão do trabalho agrário, com trocas de turnos e participação obrigatória como condição de pertencimento à comunidade (Do Alto & Stefanoni, 2006). Rapidamente, as estradas cobertas de pedras estavam intransitáveis.

3.6.2 El Alto

Nas cidades, as manifestações já eram contínuas e só faziam crescer a cada dia com a adesão de mais setores laborais e estudantis à greve nacional. Mas o que fez o governo finalmente perceber sua posição desfavorável na correlação de forças foi a irrupção da rebelião em El Alto. Esta cidade está localizada a 4 mil metros de altitude, ao redor do grande buraco no meio do altiplano onde se encontra La Paz. Deste modo, os principais acessos para baixar à capital passam por El Alto, principalmente pela autopista que liga as duas cidades. Tais características geográficas, que também explicam o fato de o aeroporto internacional da capital localizar-se na cidade vizinha, fazem dos pacenhos verdadeiros reféns das mobilizações altenhas, que já chegaram a produzir escassez de alimentos por semanas durante os cercos de 2001.

El Alto é uma cidade jovem e dinâmica. Seu rápido povoamento (a um ritmo de 9,23% entre 1976 e 1992) data do final dos anos 1970 com a chegada de agricultores que perderam seus minifúndios (Linera, Ramirez, Stefanoni, 2006). Na década seguinte, assim como o Chapare, tornou-se um centro receptor de ex-mineiros recém-demitidos pelos programas de ajuste estrutural de Paz Estenssoro.

Esses trabalhadores com vasta experiência sindical encontravam nas associações de bairro – as “*Juntas Vecinales*” – um espaço alternativo para se fazer política tendo em vista a ausência de fábricas ou minas que concentrassem os trabalhadores.

É considerada a aglomeração urbana mais alta do mundo. Em El Alto, até hoje a maioria da população (69%) depende da economia informal, sendo que sua força de trabalho encontra-se sob relações laborais semiempresariais ou familiares. Praticamente metade dos altenhos (43%) está empregada em médias, pequenas ou micromanufaturas, o que faz da cidade a maior concentração operária da Bolívia (Linera, Ramirez, Stefanoni, 2006). O restante dos trabalhadores, quando não estão alocados nas empresas ou prestando serviços domésticos nas habitações de La Paz, sobrevivem fundamentalmente do comércio informal e da produção artesanal (Ortiz, 2002).

Atualmente contando mais de 800 mil pessoas, é a terceira maior cidade do país, mas ao contrário de suas pares mais antigas (La Paz, Santa Cruz, Cochabamba e Oruro), a cidade não pôde beneficiar-se das obras públicas financiadas pelo Estado, como normalmente aconteceu antes de 1985 (Ortiz, 2002). Sua infraestrutura de saneamento básico, vias públicas, eletricidade e transportes é precária, fazendo dos mutirões comunitários uma maneira usual de obter alguns serviços públicos. Com 65% dos habitantes contando menos de 25 anos de idade, a jovem população altenha – de esmagadora maioria aymara (75%) – possui um senso de autogestão arraigado, assim como uma capacidade mobilizatória de grande envergadura, principalmente devido à capilaridade de suas *Juntas Vecinales*.

A jovem população altenha possui um forte senso de identidade, dificilmente penetrável por quem vem de fora. Um pesquisador estrangeiro pode facilmente ficar com a impressão de estar sendo ironizado pelos olhares e sorrisos de jovens locais dentro de uma das milhares minivans lotadas que circulam pela cidade. Com seus dialetos derivados do espanhol ou simplesmente falando em aymara o tempo todo, os altenhos sentem-se orgulhosos de si mesmos, principalmente de seu poder de pressão sobre a capital do país. Por todos esses fatores, El Alto se converteu no termômetro político da Bolívia em 2003 (Linera, Ramirez, Stefaoni, 2006).

3.6.3 Derrubando o presidente (I)

Um acontecimento aparentemente sem implicações políticas serviu como o detonador que transformou os protestos em rebelião. Em julho, o dirigente indígena Edwin Huampo – do vilarejo de Cota Cota, uma comunidade aymara próxima ao Lago Titicaca – havia sido preso acusado de matar dois ladrões. Só que em 10 de setembro, diante da manutenção da prisão de Huampo, Felipe Quispe decidiu lançar um manifesto pedindo uma “resistência civil” e bloqueio de caminhos, além de iniciar uma greve de fome até que Huampo fosse libertado, no que foi seguido por cerca de mil indígenas (Sivak, 2008). As coisas complicaram-se ainda mais pelo fato de que o fechamento das estradas no altiplano deixara isolado um grupo de cerca de 200 turistas estrangeiros. Em uma desastrosa operação de resgate dos turistas nas imediações da cidade de Warisata, o exército matou três civis, dentre eles uma menina de apenas oito anos de idade. A pólvora tinha sido acesa.

Os protestos pela libertação de Huampo e pelas mortes em Warisata se somaram aos protestos contra o plano de venda de gás do governo, unindo a indignação a um caso considerado exemplo de racismo e crueldade com a politização referente à oposição a Sanchez de Lozada. Alimentados por este combustível extra, os protestos contra Goni só parariam com a renúncia do presidente. Em 08 de setembro, já havia ocorrido uma marcha de camponeses, estudantes, motoristas e desempregados, tomando as ruas de La Paz e El Alto sob os gritos de “Se Goni quer dinheiro, que venda a sua mulher” (Sivak, 2008). Dois dias após, junto com o protesto de Quispe, as *Juntas Vecinales* althenas convocaram uma “paralisação cívica”, à qual aderiram os trabalhadores do setor de transportes: o aeroporto chegou a ficar isolado da capital por algumas horas.

Em 19 de setembro, uma assembleia popular em Cochabamba reuniu 40 mil pessoas exigindo a reversão do modelo neoliberal. Convocaram uma greve geral indefinida, bloqueios de estradas e desobediência civil até que suas demandas fossem atendidas. No mesmo dia, 50 mil manifestantes tomaram o centro de La Paz. Evo Morales anunciou: “começou a Guerra do Gás” (Sivak, 2008). Em 07 de outubro, uma gigantesca passeata saindo do centro de El Alto

desceu em direção à capital, unindo as duas cidades em uma impressionante estrada humana. No dia seguinte, as *Juntas Vecinales* iniciaram outra paralisação cívica, só que desta vez por tempo indeterminado. Com a adesão dos mineradores de Huanuni e dos cocaleiros dos Yungas aos bloqueios, La Paz ficou completamente isolada.

Os rebeldes conseguiram cortar o fornecimento de gás para a capital. Não tardou para começar a faltar gasolina também. O governo não recuou, e na tarde de 10 de outubro Goni decidiu desocupar a autopista através de uma megaoperação militar com tanques de guerra, helicópteros e centenas de soldados. Resultado: 25 mortos do lado dos manifestantes; uma baixa entre os militares e uma cidade ainda sitiada. O massacre na autopista fez a classe média unir-se de vez aos protestos, dando início a uma série de vigílias e greves de fome em igrejas e praças (Sivak, 2008). Quando alimentos como pão e carne já começavam a escassear entre os pacenhos, o vice-presidente Carlos Mesa, em uma manobra oportuna, se distanciou politicamente de Sanchez de Lozada, afirmando estar chocado com a truculência do governo. Famoso comentarista político televisivo, Mesa percebeu que a base social que dera apoio a Goni se deteriorara. A elite de Santa Cruz nada poderia fazer para salvar o presidente em La Paz. O vice posicionava-se, assim, para uma eventual sucessão presidencial.

Em 16 de outubro, com a capital ainda ilhada, uma multidão de 200 mil pessoas invadiu a praça São Francisco, no coração de La Paz. A esta altura, ninguém mais se lembrava dos motivos que originaram os protestos. A palavra de ordem era “abaixo governo massacrador” (Do Alto & Stefanoni, 2006). A Guerra do Gás já tinha 77 mortos e 400 feridos. O governo tentou, então, uma saída desesperada, oferecendo cooperar com o que estava sendo chamado de “agenda de outubro”: um *referendum* consultivo sobre a venda do gás; revisão da Lei de Hidrocarbonetos; e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Mas ninguém lhe deu ouvidos, era tarde demais para tentar negociar. As decisões das assembleias populares ocorridas nas ruas de El Alto trouxeram novidades angustiantes: decidiram passar do cerco à conquista. Desceriam na manhã seguinte munidos com pedras, paus e um sentimento de estar fazendo história, quiçá completando a tarefa que Tupac Katari havia deixado em aberto.

As informações provenientes desse momento crítico são repletas de contradições e percepções emocionadas. Algumas rádios começaram a divulgar

que Goni havia declarado que não renunciaria porque sua mulher gostava de ser primeira dama. Outros informes, vindos de dentro do Palácio Queimado, afirmavam que Sanchez de Lozada teria dito ao Ministro da Defesa que resistiria até onde foi Salvador Allende, em uma autocomparação insólita e desautorizada com o ex-presidente socialista chileno. No entanto, em 17 de outubro, após sofrer uma intensa pressão de seus familiares, Goni decidiu renunciar. Com uma fortuna avaliada em 200 milhões de dólares, pendiam outras prioridades (Sivak, 2008).

Enquanto fugia em direção à Miami, sua carta de renúncia era lida no Congresso e, na mesma noite, Carlos Mesa tomou posse como presidente, prometendo cooperar com a agenda de outubro e pacificar o país. Evo Morales e o MAS decidiram aceitar a trégua proposta pelo novo governo, restringindo-se a fazer uma “oposição responsável”, às vezes representando um “apoio crítico” também. Os bloqueios começaram a se levantar por todo o país, trazendo de volta uma tranquilidade que, como muitos já advertiam, seria temporária. É importante ressaltar que nem Morales nem seu partido controlavam as manifestações. Nem poderiam, mesmo se quisessem. Sua grande habilidade foi moldar o próprio discurso em função do que exigiam as massas, emergindo, assim, como porta-vozes das demandas populares e colhendo os benefícios políticos de tal postura. Como veremos em seguida, não era a primeira nem a última vez que o MAS alinhava-se tardiamente aos gritos das ruas a fim de aumentar seu cacife político para as próximas disputas.

3.6.4 Derrubando o presidente (II)

Após a queda de Sanchez de Lozada, o vice-presidente Carlos Mesa assumiu prometendo um governo de concentração nacional. Seu prestígio pessoal era grande devido aos inúmeros livros que escreveu sobre a História da Bolívia, assim como por sua participação constante em programas televisivos, nos quais demonstrava uma oratória cativante como comentarista político defendendo posições consideradas social-democratas. A crítica pública que fizera a Goni após a sangrenta repressão militar de 10 de outubro também o qualificava como um possível mediador para os conflitos nacionais. Declarou querer governar sem

partidos políticos, em uma relação direta com a população, já que era um *outsider* na política tradicional (Do Alto & Stefanoni, 2006). Pelo menos era assim que tentava se apresentar.

No entanto, o tema fundamental do momento continuava sem resolução: como e quando nacionalizar o gás natural. Mesa dizia-se pressionado pelas empresas petrolíferas transnacionais para que enviasse uma Lei de Hidrocarbonetos que atendesse às suas reivindicações. Representantes das empresas, assim como dos mercados financeiros internacionais, de fato estavam vindo a público para alertar a Bolívia sobre os riscos de decisões tidas como “populistas”. Por outro lado, o novo presidente também reclamava da intensa pressão popular, que exigia dele nacionalizar imediatamente os recursos naturais, ignorar as pressões estrangeiras e convocar uma Assembleia Constituinte. Mesmo tendo recebido uma “ratificação popular” durante um comício em El Alto, Mesa não escondia seu incômodo frente às intimidações feitas por setores radicais que, ao mesmo tempo em que ofereciam uma trégua, ameaçavam “arrancar-lhe a patada” do Palácio Queimado caso não cumprisse a Agenda de Outubro (Do Alto & Stefanoni, 2006).

Como exposto anteriormente, o MAS não se opunha à Mesa. Pelo contrário, trabalhava junto com o presidente para estabilizar o país. Morales opunha-se à proposta de criar uma junta revolucionária que governaria o país, nacionalizando o gás e convocando a Assembleia Constituinte. Mesmo correndo o risco de perder legitimidade junto às bases, o MAS inicialmente defendeu a proposta presidencial de taxação em 50% sobre a exploração dos hidrocarbonetos, ao passo que os demais movimentos sociais mantinham-se intransigentes, não admitindo uma cobrança inferior a 82% (50% em impostos e 32% em *royalties*). As petrolíferas ameaçavam abandonar o país e cobrar indenizações milionárias caso seus interesses fossem afetados. Políticos e empresários de direita, aproveitando-se da relativa calma, voltavam à cena para alertar sobre a catástrofe econômica que poderia vir com o fim dos investimentos privados estrangeiros. Diante da manutenção do impasse e das crescentes pressões em direções contrárias, Mesa decidiu convocar um plebiscito nacional para que os bolivianos decidissem o que fazer com suas reservas hidrocarboníferas.

Morales e seu partido decidiram apoiar a consulta, inclusive participando da elaboração das perguntas. O plebiscito de julho de 2004 apenas confirmou o

desejo da maioria dos bolivianos pela renacionalização, com mais de 85% dos votos a favor da recuperação dos recursos naturais. Mesmo que setores mais radicais tenham denunciado a maneira manipuladora e enviesada em que foram redatadas as perguntas, Mesa emergiu como vitorioso, alegando que a partir dali possuía legitimidade suficiente para interpretar os resultados e preparar uma nova Lei de Hidrocarbonetos. Na prática, ganhava tempo para buscar um acordo com as empresas petroleiras que fosse tolerável pelos movimentos sociais, ainda em estado de alerta.

Enquanto isso, o presidente ainda tinha que enfrentar dois problemas inesperados. Em janeiro de 2005, a elite de Santa Cruz – sempre avessa à Mesa, que acusara os líderes cruceños de possuir uma “mentalidade provinciana” – convocou um ato que teve a participação de 250 mil pessoas, exigindo maior autonomia regional. Ao mesmo tempo, uma nova “Guerra da Água” explodia na cidade de El Alto, reproduzindo as mesmas dinâmicas de organização e protestos vistas em Cochabamba, cinco anos antes. A falta de uma base política concreta tornava difícil para Mesa lidar com tais eventos, uma vez que seu carisma pessoal diminuía gradativamente, em especial pela percepção geral de que sua proposta de “nacionalização” não era confiável: não paravam de sair na imprensa relatos sobre as “relações íntimas” entre altos executivos da Petrobras e Pepe Galindo, Ministro de Presidência e braço direito de Mesa (Sivak, 2008).

Nesse meio tempo, o MAS mudou sua posição, abandonando o governo em sua tentativa de mediação. Morales e seus companheiros mais uma vez avaliaram corretamente a correlação de forças e apressaram-se para se somar às demandas por nacionalização imediata emanada pelos movimentos sociais, marcando a segunda reaproximação com movimentos populares. Seu realinhamento à esquerda também era derivado da constatação de que Mesa estava sempre tentando ganhar tempo, “esticando a corda”, talvez apostando que os ânimos fossem se acalmar até que sua Lei de Hidrocarbonetos fosse finalmente aceita.

No entanto, diante do aumento da polarização entre as empresas petroleiras e os movimentos sociais, que já faziam mobilizações por todo o país, Mesa encontrava-se cada vez mais isolado, não conseguindo mais equilibrar os projetos em disputa. O presidente tomou, então, uma atitude que surpreendeu a todos: ofereceu sua renúncia ao Congresso. Mesa sabia que os possíveis

sucessores – Hormando Vaca Díez, presidente do Senado, e Mario Cossío, presidente da Câmara – eram figuras extremamente impopulares, logo ninguém os aceitaria no Palácio Queimado durante uma conjuntura tão tensa. Seu cálculo baseava-se na convicção de que a renúncia seria rejeitada pelos parlamentares, fazendo com que ele permanecesse na presidência, mas com um capital político renovado: dava um “soco no tabuleiro” para que as peças se rearranjassem de forma mais favorável para a continuidade de seu governo (Do Alto & Stefanoni, 2006). Funcionou, ao menos naquele instante.

Com a rejeição quase generalizada de sua renúncia – apenas apoiada por Felipe Quispe e Jaime Solares, que não estavam dispostos a aceitar o que consideravam uma “chantagem” de Mesa –, o presidente ganhou fôlego e permaneceu em seu cargo, com uma força política renovada. Morales também qualificou a atitude como chantagista, mas entendia ser importante manter Mesa na cadeira presidencial e forçá-lo a aceitar uma nova Lei de Hidrocarbonetos elaborada pelo MAS. As maiorias silenciosas pareciam dar apoio a Mesa, o que não se refletia na capacidade do presidente em mobilizá-las a seu favor em momentos de crise. O único líder capaz de emergir com legitimidade frente às massas e ter alguma influência sobre elas era Morales. Os governos brasileiro e argentino pareciam dar-se conta disso, evitando contatos diretos com Mesa e orientando seus diplomatas a dialogar diretamente com Morales, considerado administrador *de facto* do país (Lacroix, 2004).

Não à toa, uma reviravolta na posição de Evo Morales reanimou o conflito. Ignorando os conselhos de seus assessores de classe média, o líder cocaleiro apareceu em uma fotografia ao lado dos “radicais” Quispe e Solares em 09 de março, apenas três dias após a renúncia não concretizada de Mesa (Sivak, 2008). Os três líderes populares assinavam juntos um “pacto antioligárquico”, marcando a volta do MAS às ruas e uma reaproximação final com os movimentos sociais. Mesa se negava a promulgar a nova Lei de Hidrocarbonetos, finalmente aprovada pelo parlamento, a qual estabelecia 50% de tributação mais migração obrigatória dos contratos. O presidente afirmava que a migração compulsória era inaceitável para as empresas e que ele não estava disposto a assinar uma lei que somente produziria uma retaliação em massa contra seu país.

Em 15 de março ele pediu eleições antecipadas, o que na prática significava uma segunda tentativa de renúncia. Novamente recebeu uma negativa

do Congresso. O clima de confronto voltava tomar conta do altiplano, com paralisações convocadas em El Alto e bloqueios de estradas pelos camponeses: estes exigiam a nacionalização real e imediata do gás natural, uma reivindicação que estava mais enraizada do que nunca naquele momento. Os movimentos sociais começaram novamente a marchar em direção a La Paz em maio, mas ainda não pediam a renúncia de Mesa, apenas a nacionalização dos hidrocarbonetos. No entanto, tais demandas tornaram-se equivalentes diante da irredutibilidade presidencial. Em 24 de maio a situação estava insustentável, com a capital novamente sitiada pelo cerco comandado pelas *Juntas Vecinales* de El Alto, que mais uma vez produziam escassez de gasolina entre os pacenhos. O “centrismo” de Mesa estava sendo fagocitado pela radicalidade dos projetos em disputa (Do Alto & Stefanoni, 2006).

A terceira e última renúncia de Mesa foi lida pelo Congresso em 6 de junho. Uma guerra do gás havia levado-o à presidência e outra guerra do gás, com os mesmos atores, sacava-o de lá, um ano e oito meses depois. O presidente do Senado, o empresário cruceño Hormando Vaca Díez bem que tentou assumir o cargo, mas a pressão popular foi muito forte, fazendo-o abdicar diante dos bloqueios ainda em curso. Em 09 de junho, o presidente da Corte Nacional de Justiça, Rodríguez Veltzé, tomou posse como presidente interino da Bolívia, convocando imediatamente eleições gerais antecipadas para 4 de dezembro. Tanto o cerco a La Paz quanto os bloqueios de estrada novamente se desmobilizavam e os camponeses iniciaram seu retorno às comunidades.

Na prática, o resultado da segunda Guerra do Gás havia sido um empate. Não se havia conseguido nacionalizar os hidrocarbonetos, mas pelo menos se evitara o retorno da “velha classe política” simbolizada em Vaca Díez e Cossío, assim como se derrubara o presidente que não atendia aos anseios populares. A próxima batalha seria travada nas urnas, não mais nas passeatas e cercos. Não havia dúvidas sobre qual candidato já despontava como grande favorito: Evo Morales, além de sua origem indígena, conseguia representar quase todos os setores populares a partir de sua larga trajetória de militância no movimento cocaleiro, ao passo em que também era atrativo pela classe média – já hegemônica pelo discurso nacionalista antineoliberal –, principalmente frente às alternativas mais extremas como Felipe Quispe e seu aymarismo radical.